



# DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

## MUNICÍPIO DE TABOÃO-TO



Criado pela Lei Municipal nº 001/2017  
Regulamentado pelo Decreto nº 36/2017

Ano IX - Edição Nº 1276 - Taboão, Estado do Tocantins, 17 de Março de 2025

### Sumário

Atos do Chefe do Poder Executivo.....	01
Atos da Secretaria de Saúde.....	05

### Atos do Chefe do Poder Executivo

(Republicado por Conter erros materiais)

#### **LEI 006 de 17 de MARÇO de 2025.-Taboão/TO, 17 de março de 2025. -“DÁ NOVA REDAÇÃO AO PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL E PARCELAMENTO DE CRÉDITOS DA FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE TABOÃO – REFIS 2024 MUNICIPAL, QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. ”**

O Sr. JASON MARINHO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Taboão, Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, faz saber, que seus representantes na CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES de Taboão, Estado do Tocantins aprovaram e ele em seu nome sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal e Parcelamento de Créditos da Fazenda Pública do Município de Taboão – REFIS 2024 MUNICIPAL, destinado a promover a regularização dos créditos do Município de natureza tributária e não tributária, decorrentes de débitos do sujeito passivo, pessoa física ou jurídica, possibilitar a recuperação das empresas que atuam no Município, especialmente aquela referidas no artigo 179 da Constituição Federal, em razão de fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2024, constituídos ou não, inscritos ou não em Dívida Ativa, com exigibilidade suspensa ou não, ainda que em fase de cobrança administrativa ou judicial, com exigibilidade suspensa ou que tenham sido objeto de parcelamento anterior, não integralmente, quitado, ainda que cancelado por falta de pagamento, inclusive os decorrentes da falta de recolhimento de valores retidos por contribuinte substituto ou responsável tributário.

§ 1º Não poderão aderir ao REFIS 2024 Municipal os órgãos da Administração Pública Direta e as Autarquias;

§ 2º A pessoa jurídica que suceder outra será responsável pelos tributos devidos pela sucedida, na hipótese dos art. 132 e 133 do Código Tributário Nacional, e deverá solicitar convalidação da opção feita pela sucedida.

§ 3º Nos casos em que o contribuinte possuir débitos de mais de um tributo, ou débito tributário ou não tributário, serão expedidos termos de parcelamento próprio para cada espécie de tributo.

§ 4º O ingresso ao REFIS 2024 Municipal implica na totalidade do montante dos débitos referentes ao tributo a ser parcelado, relativos ao cadastro requerido pelo contribuinte, inclusive os não constituídos, que serão incluídos no programa mediante confissão e serão consolidados tendo por base a data da formalização do pedido de ingresso.

§ 5º Para efeitos desta Lei Complementar, considera-se montante do débito a somatória do valor principal, inscrito em dívida ativa ou não, seu saldo acrescido de multa de mora ou de ofício, juros de mora, atualização monetária, honorários advocatícios e demais encargos, e por consolidação considera-se a somatória de todos os montantes existentes em mesmo registro de cadastro fiscal.

§ 6º A totalidade do montante dos débitos referentes ao tributo a ser parcelado, de que trata os parágrafos anteriores, poderá ser apurada por exercício, cabendo ao contribuinte optar por quais exercícios integrados ao REFIS 2024 Municipal.

§ 7º Os débitos relativos a impostos e taxas ainda não lançados até a data da formalização da opção, incidentes sobre bens imóveis sem o devido registro no Cadastro Imobiliário do Município, que forem confessados espontaneamente pelo contribuinte, poderão ser incluídos no REFIS Municipal sem acréscimo de juros e multa de mora.

§ 8º. Na hipótese de critérios com exigibilidade suspensa por força de liminar em processo judicial, a sua inclusão no REFIS 2024 Municipal fica condicionada ao encerramento do feito mediante desistência expressa e irrevogável da respectiva ação judicial.

§ 9º Os contribuintes que aderirem ao REFIS 2024 Municipal,



além das respectivas assinaturas no termo e pagamentos iniciais, deverão obrigatoriamente realizar a atualização cadastral imobiliária e/ou mobiliária, apresentar documento hábil, fornecendo todas as cópias, informações e documentos solicitados pelo setor competente do Município, independente do pagamento da taxa.

§ 10 O termo de parcelamento objeto da presente Lei Complementar será considerado como título executivo extrajudicial, para todos os efeitos legais.

Art. 2º Os débitos a que se refere o art. 1º poderão ser pagos em quota única ou parcelados em até 8 (oito) parcelas mensais iguais e consecutivas, na forma e com as condições e vantagens estabelecidas nesta Lei.

§ 1º O parcelamento previsto neste artigo não implica em novação prevista no inciso I do artigo 360 do Código Civil ou moratória dos créditos da Fazenda Pública Municipal.

§ 2º Ficam os órgãos gestores autorizados a celebrar convênio com instituições bancárias estabelecidas no Município para o recebimento dos créditos objeto do REFIS 2024 Municipal.

Art. 3º A gestão do REFIS 2024 Municipal competirá:

I- - à Secretaria Municipal de Finanças, através da Coletoria Municipal quanto aos créditos constituídos ou não, inscritos ou não em Dívida Ativa;

II- - à Assessoria Jurídica do Município, quanto aos créditos decorrentes de débitos objeto de ação judicial.

Art. 4º O ingresso ao REFIS 2024 Municipal dar-se-á por opção do contribuinte, diretamente ou por representante legal constituído para este fim, e será formalizado mediante assinatura do Termo de Adesão e Confissão de Dívida, instruído com o comprovante de recolhimento da primeira parcela, observando as formas de parcelamento prevista nesta Lei, sendo que o não recolhimento da primeira parcela implicará no indeferimento da adesão ao REFIS 2024 Municipal.

§ 1º As demais parcelas vencerão nos meses subsequentes ao acordo de parcelamento e em dia correspondente ao do primeiro pagamento, prorrogando o seu vencimento para o próximo dia útil subsequente, nos casos de finais de semana, feriados ou dia sem expediente bancário.

§ 2º. O contribuinte que optar pelo pagamento do débito em quota única fica dispensado da assinatura do Termo de Adesão.

§ 3º. Os modelos de Requerimento e do Termo de Adesão e Confissão de Dívida serão definidos conjuntamente pelos órgãos gestores do REFIS 2024 Municipal.

§ 4º. O contribuinte tem prazo de um (90) noventa dias a contar da vigência legal desta lei, para a formalização do parcelamento, com gozo dos benefícios e vantagens previstos nesta Lei Complementar, prorrogável por mais (30) trinta dias;

§ 5º. A data limite para o pagamento em quota única é de 30 dias, após a Confissão de Dívida;

Art. 5º A primeira e as demais parcelas terão o valor mínimo de R\$ 80,00 (oitenta reais), para pessoa física e de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) para pessoa jurídica;

§ 1º. Fica facultada ao contribuinte a opção do valor das parcelas superior ao valor mínimo das parcelas.

§ 2º. O valor das parcelas será atualizado no dia 1º de janeiro de cada ano, com base na variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, do respectivo período ou outro índice que vier a substituí-lo.

§ 3º. Ao valor de cada parcela poderá ser adicionada uma taxa de serviços diversos, no valor de R\$ 6,00 (seis reais), atualizável na forma do § 2º, para cobrir as despesas com a operacionalização do parcelamento.

§ 4º. As parcelas pagas com atraso serão acrescidas de juros e multa de mora à razão de 1% (um por cento) ao mês e atualizadas desde o vencimento, pelo mesmo índice previsto no § 2º, ou outro índice que vier a substituí-lo, sem prejuízo do disposto no inciso II, do art. 8º, desta Lei.

§ 5º. Fica facultada ao contribuinte autorização para pagamento das parcelas subsequentes à primeira por meio de Débito Automático em Conta-Corrente Bancária.

Art. 6º Os optantes pelo REFIS 2024 Municipal gozarão dos seguintes benefícios:

I - à vista, com desconto integral sobre juros e multa;

II - a prazo, em até 03 (três) parcelas, com desconto de 80%

(oitenta por cento) sobre juros e multa.

III - a prazo, em até 06 (seis) parcelas, com desconto de 70% (setenta por cento) sobre juros e multa.

IV - a prazo, em até 08 (oito) parcelas, com desconto de 60% (sessenta por cento) sobre juros e multa.

§ 1º. Não pode ser objeto de redução às multas por infração decorrentes de fatos que constituam crimes contra a ordem tributária, bem como as resultantes de violação à legislação de trânsito, vigilância sanitária ou às normas de proteção ao consumidor.

§ 2º. O REFIS não alcançará os débitos decorrentes do Imposto de Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis – ITBI.

§ 3º. O parcelamento poderá ser realizado através do cadastro geral do contribuinte ou por economia (imóvel).

§ 4º. Ao contribuinte está facultado aderir ao REFIS, com os descontos previstos no caput, tanto se optar pelo parcelamento pelo cadastro geral, o qual inclui todos os débitos em nome da pessoa física ou jurídica, quanto por economia, ou seja, por imóvel.

Art. 7º A opção pelo REFIS 2024 Municipal sujeita o contribuinte a:

I - Confissão irrevogável e irretroatável dos débitos consolidados;

II - Aceitação plena e irretroatável de todas as condições estabelecidas nesta Lei Complementar, nos termos do artigo 202, inciso VI do Código Civil;

III - pagamento regular das parcelas do débito consolidado, bem como daqueles constituídos ou lançados posteriormente à data da formalização do parcelamento;

IV - Desistência expressa e irrevogável de todas e quaisquer modalidades de ações judiciais, defesas, impugnações, embargos à execução e recurso administrativo ou judicial já interpostos, relativamente aos débitos consolidados;

V - Renúncia expressa aos descontos previstos no Código Tributário Municipal, e

VI – Inclusão da totalidade dos débitos em nome do sujeito passivo.

Art. 8º O optante pelo REFIS 2024 Municipal será dele excluído, mediante ato do órgão gestor, nas seguintes hipóteses:

I - Inobservância de quaisquer das exigências estabelecidas no art. 8º;

II – Inadimplência por 02 (dois) meses consecutivos ou 04

(quatro) meses alternados, o que primeiro ocorrer, relativamente aos débitos abrangidos pelo REFIS 2023 Municipal;

III - constatação, caracterizada por lançamento do ofício, de débito abrangido pelo REFIS 2024 Municipal e não incluído na confissão a que se refere o § 1º do art. 5º, salvo se integralmente pago no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data da ciência do lançamento ou da decisão definitiva na esfera administrativa ou judicial;

IV - A decretação da falência ou extinção, pela liquidação da pessoa jurídica;

V - Fusão da pessoa jurídica, salvo se as pessoas jurídicas que absorverem o patrimônio vertido assumam, de forma expressa, irrevogável e irretroatável entre si e, no caso de cisão parcial, com a própria cindida, a condição de responsáveis solidários pela totalidade do débito consolidado, independentemente da proporção do patrimônio vertido;

VI - Prática de qualquer procedimento tendente a omitir informações ou a subtrair receita da Fazenda Pública Municipal, mediante simulação de ato.

§ 1º A exclusão do optante do REFIS 2024 Municipal implicará na exigibilidade de quitação imediata da totalidade do débito consolidado e ainda não pago e automática execução da garantia prestada, quando houver, restabelecendo-se, em relação ao montante não pago, os acréscimos legais na forma da legislação aplicável à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores.

§ 2º A exclusão do REFIS 2024 Municipal produzirá efeitos a partir do mês subsequente ao de sua notificação ao contribuinte.

§ 3º Quando se tratar de crédito em execução fiscal ou discutido em processo judicial em que a Municipalidade conste no polo ativo da ação, os processos somente serão extintos após a confirmação do pagamento total do crédito, honorários advocatícios e das custas, emolumentos processuais, que deve ser recolhido diretamente ao Poder Judiciário.

Art. 9º Os valores dos honorários decorrentes de execução judicial cujo débito venha a ser objeto do parcelamento previsto nesta Lei serão pagos em igual número de parcelas.

Art. 10. Em qualquer fase do parcelamento, o optante pelo REFIS 2024 Municipal poderá antecipar o pagamento da totalidade das parcelas vincendas, caso em que serão aplicados sobre o saldo devedor os benefícios e vantagens previstos no inciso I do art. 6º.

Art. 11. O Poder Executivo, mediante Decreto, poderá baixar o regulamento necessário à execução do disposto nesta Lei, no que couber na vigência do programa.

Art. 12. Fica revogada a Lei Complementar de Nº 01/2024 de 18 de janeiro de 2024.

Art. 13. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo o seus efeitos á (01) primeiro de janeiro de 2025, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tabocão, Estado do Tocantins, aos dezessete dias (17) dias do mês de março do ano de 2025.

JASON MARINHO DE OLIVEIRA  
PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO Nº 138/2025 TABOCÃO/TO 14 DE MARÇO DE 2025.**

**“TORNAR O PORTARIA Nº 135/2025 SEM EFEITO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

O Senhor JASON MARINHO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tabocão, Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais e constitucionais;

DECRETA:

Art. 1º - Tornar sem efeito o portaria Municipal nº 135/2025, 28/02/2025, que concedeu a licença maternidade Senhora MELISSA DOS SANTOS OLIVEIRA, portadora do RG nº 109.XXX - SSP/TO e inscrita no CPF/ sob nº 076.XXX.XXX-93 CONSELHEIRA DO TUTELAR deste município.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 17/03/2025, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE – SE, E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tabocão, Estado do Tocantins,  
aos 17 dia do mês de Março de 2025.

JASON MARINHO DE OLIVEIRA  
Prefeito

**DECRETO Nº 147/2025 TABOCÃO/TO 17 DE MARÇO DE 2025.**

**“TORNAR O PORTARIA Nº 134/2025 SEM EFEITO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

O Senhor JASON MARINHO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tabocão, Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais e constitucionais;

DECRETA:

Art. 1º - Tornar sem efeito o portaria Municipal nº 134/2025, 28/02/2025, que concedeu a licença a Senhora FRANCISCA PARREIRA FERREIRA, portadora do RG nº 4XX.0XX - SSP/TO e inscrita no CPF/ sob nº XXX.062.301-XX, do cargo efetivo de MERENDEIRA lotada na secretaria de Administração deste município.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 17/02/2025, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE – SE, E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tabocão, Estado do Tocantins,  
aos 17 dia do mês de Março de 2025.

JASON MARINHO DE OLIVEIRA  
Prefeito

**PORTARIA Nº 145/2025 17 DE MARÇO DE 2025  
“O PREFEITO DE TABOCÃO, ESTADO DO TOCANTINS, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E CONSTITUCIONAIS”.**

Resolve:

Art. 1º -Licença Maternidade para 180 (cento e oitenta) dias, sendo a partir de 10/03/2025 a 05/09/2025, a servidora MELISSA DOS SANTOS OLIVEIRA, RG nº 109.XXXX, inscrita no CPF nº 076.XXX.XXX-93, Matrícula nº 1445, conforme o art. 98 do Estatuto dos Servidores Públicos, Lei Complementar nº 005/2017, da Prefeitura de Tabocão.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na sua publicação, revogando as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito Municipal e do Secretário Municipal da Administração de Tabocão, Estado do Tocantins, aos (17) um dia do mês de Março do ano de 2025.

Jason Marinho de Oliveira  
Prefeito Municipal

Melina de S. Vieira Aniceto  
Secretária Mun.de Administração

**PORTARIA 146/2025 TABOCÃO/TO, 17 DE MARÇO DE 2025.****“DESIGNA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO/  
FUNÇÃO PÚBLICA, ESPECÍFICA E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS”**

O Prefeito Municipal de Tabocão, Estado Do Tocantins, no uso de suas atribuições legais e constitucionais,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a senhora ESTER DA SILVA VERAS, portadora do RG nº 660.XXX, SSP/TO e CPF XXX.379.XXX-11, nomeada através do Decreto 036/2004 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2004 lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, para responder, pela função de DIRETOR DE PROGRAMAS DE PREVENÇÃO A DOENÇAS TROPICAIS, do Município de Tabocão a partir de 03 de Março de 2025.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura e publicação, surtindo seus efeitos a partir de 03/03/2025, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito Municipal e da Secretária Municipal da Administração de Tabocão, Estado do Tocantins, ao vinte e sete (17) dia do mês de março do ano de 2025.

Jason Marinho de Oliveira  
Prefeito Municipal

Melina de S. Vieira Aniceto  
Secretária Mun.de Administração

**PORTARIA 148/2025 TABOCÃO/TO, 17 DE MARÇO DE 2025.****“O PREFEITO MUNICIPAL DE TABOCÃO, ESTADO  
DO TOCANTINS, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES  
LEGAIS E CONSTITUCIONAIS”**

RESOLVE:

Art. 1º - LICENÇA POR INTERESSE PARTICULAR, a partir do dia 24/02/2025 a 24/02/2028 do corrente ano a servidora FRANCISCA PARREIRA FERREIRA, portadora do RG 4XX.0XX SSP/TO e CPF XXX.062.301-XX, empossada para o cargo efetivo de MERENDEIRA, nomeada através do Decreto 062/2012 no dia 18/04/2012 lotada na Secretaria Municipal de administração.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura e publicação, revogadas as disposições em

contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito Municipal e do Secretário Municipal da Administração de Tabocão, Estado do Tocantins, aos (17) um dia do mês de março do ano de 2025.

Jason Marinho de Oliveira  
Prefeito Municipal

Melina de S. Vieira Aniceto  
Secretária Mun.de Administração

Atos da Secretaria de Saúde

**PORTARIA Nº 03/2025 SEMUSS TABOCÃO/TO, 06 DE MARÇO 2025.****“A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE E  
SANEAMENTO DE TABOCÃO, ESTADO DO  
TOCANTINS, ANDRÉIA DE SOUSA FEITOSA  
MIRANDA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS  
E CONSTITUCIONAIS”.**

Resolve:

Art. 1º - DESIGNAR a senhora RUTE DA SILVA DAMASCENO, matrícula funcional 1802, portadora do RG nº 961.540 e CPF nº 036.182.781-44, nomeada através do Decreto nº 076/2025 de 02 de março 2025, lotada no Fundo Municipal de Saúde para assumir a Coordenação da Sala de Imunização, uma vez que a mesma atende os requisitos para a função e assim suprir as necessidades requeridas pela Sala de Vacinação da Unidade Básica de Saúde Dr. Pedro Zanina do Município de Tabocão/TO, a partir de 06 de março 2025.

Art. 2 - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Publique – se

Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Tabocão – TO, aos 06 dias do mês de março de 2025.

Andréia de Souza Feitosa Miranda  
Sec. Mun. De Saúde, Saneamento



# Diário Oficial Eletrônico do Município de Tabocão/TO

Criado pela Lei Municipal nº 001/2017  
Regulamentado pelo Decreto nº 36/2017  
*Editado pela Secretaria de Administração*

**Jason Marinho de Oliveira**  
Prefeito

**Melina de Souza Vieira Aniceto**  
Secretário de Administração



PREFEITURA DE TABOCÃO – TOCANTINS  
**TRABALHO E HUMILDADE**